



Atos Normativos

INSTRUÇÕES NORMATIVAS COGER/SUSEP

| Data | Documento | Resumo |
|-------------|---|--|
| 23-Set-2022 | <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP n.º 3 de 23/09/2022</u> | Cria o Repositório de Conhecimento e disciplina o processo de trabalho "Disseminação de Conhecimento" na Unidade de Corregedoria - COGER/SUSEP. |
| 25-Out-2022 | <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP Nº 5, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022</u> | Disciplina o processo de trabalho "Capacitação dos Servidores da COGER". |
| 28-Jun-2024 | <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP Nº 8, DE 28 DE JUNHO DE 2024</u> | Disciplina o Fluxo de Tratamento das Denúncias à Corregedoria (COGER) da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e dá outras providências. |
| 20-Ago-2025 | <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA COGER/SUSEP Nº 10, DE 20 DE AGOSTO DE 2025</u> | Disciplina a Gestão dos Processos Administrativos Disciplinares - PAD na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). |

INSTRUÇÕES NORMATIVAS CONJUNTAS

| Data | Documento | Resumo |
|-------------|--|--|
| 22-Out-2024 | <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 4, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024</u> | Elucidação do termo "Tratamento de Denúncias" no contexto do Programa de Integridade (inciso IV - do parágrafo 1º, art. 5º da RESOLUÇÃO SUSEP Nº 34, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2023). |

LEIS FEDERAIS

| Data | Documento | Resumo |
|---------------------|---|---|
| 11- Dez- 1990 | <u>LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990</u> | Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. |
| 02- Jun- 1992 | <u>LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992</u> | Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o §4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. |
| 03- Mar- 1998 | <u>LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998</u> | Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. |
| 29- Jan- 1999 | <u>LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999</u> | Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. |
| 18- Nov- 2011 | <u>LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011</u> | Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. |
| 01- Ago- 2013 | <u>LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013</u> | Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. |
| 14- Ago- 2018 | <u>LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018</u> | Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). |
| 05- Set- 2019 | <u>LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019</u> | Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). |

DECRETOS

| Data | Documento | Resumo |
|---------------------|--|---|
| 30- Jun- 2005 | <u>DECRETO Nº 5.480, DE 30 DE JUNHO DE 2005</u> | Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. |
| 09- Dez- 2020 | <u>DECRETO Nº 10.571, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020</u> | Dispõe sobre a apresentação e a análise das declarações de bens e de situações que possam gerar conflito de interesses por agentes públicos civis da administração pública federal. |

| | | |
|-------------|--|--|
| 11-Jul-2022 | <u>DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022</u> | Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. |
|-------------|--|--|

DELIBERAÇÕES SUSEP

| Data | Documento | Resumo |
|-------------|--|--|
| 19-Mar-2015 | <u>DELIBERAÇÃO SUSEP Nº 171, DE 19 MARÇO DE 2015</u> | Altera e consolida a Política de Segurança da Informação e Comunicações - Posic, da Superintendência de Seguros Privados - Susep e dá outras providências. |
| 06-Dez-2019 | <u>DELIBERAÇÃO SUSEP Nº 233, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019</u> | Dispõe sobre a política de gestão de riscos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. |
| 05-Mar-2020 | <u>DELIBERAÇÃO SUSEP Nº 235, DE 05 DE MARÇO DE 2020</u> | Dispõe sobre a constituição do Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC. |

RESOLUÇÕES SUSEP

| Data | Documento | Resumo |
|-------------|---|--|
| 02-Mai-2022 | <u>RESOLUÇÃO SUSEP Nº 14, DE 02 DE MAIO DE 2022</u> | Disciplina o processo administrativo normativo da Superintendência de Seguros Privados - Susep. |
| 15-Jul-2022 | <u>RESOLUÇÃO SUSEP Nº 19, DE 15 DE JULHO DE 2022</u> | Aprova o Código de Ética Profissional do Agente Público da Superintendência de Seguros Privados - Susep. |
| 06-Nov-2025 | <u>RESOLUÇÃO SUSEP Nº 64, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2025</u> | Disciplina a forma de execução dos serviços no âmbito dos órgãos seccionais. |
| | | |

RESOLUÇÕES CNSP

| Data | Documento | Resumo |
|-------------|--|--|
| 30-Out-2025 | <u>RESOLUÇÃO CNSP Nº 483, DE 30 DE OUTUBRO DE 2025</u> | Dispõe sobre o Regimento Interno da Susep. |

PORTARIAS SUSEP

| Data | Documento | Resumo |
|---------------------|---|--|
| 28- Fev- 2025 | <u>PORTARIA SUSEP Nº 8370, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025</u> | Delegar ao Corregedor da Superintendência de Seguros Privados - Susep, a competência para a instauração e a condução de processos administrativos para apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas. |
| 15- Mai- 2025 | <u>PORTARIA SUSEP Nº 8.395, DE 15 DE MAIO DE 2025</u> | Esta portaria delega ao Corregedor da Superintendência de Seguros Privados - Susep a competência para exercer, por meio da instauração de Admissibilidade Inicial - ADI ou por Investigação Preliminar Sumária - IPS, o juízo de admissibilidade anterior à eventual instauração de processo administrativo disciplinar quando se tratar de notícia de irregularidade (denúncias ou representações) em desfavor de servidor de cargo comissionado de nível CCE-15, ocupante ou não de cargo efetivo. |

PORTARIAS E INSTRUÇÕES NORMATIVAS CGU

| Data | Documento | Resumo |
|---------------------|---|--|
| 08- Ago- 2019 | <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CGU 13/2019</u> | Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. |
| 16- Fev- 2022 | <u>PORTARIA SGP/SEDGG/ME Nº 1.455, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022</u> | Dispõe sobre a atualização e a validação obrigatórias de dados cadastrais pessoais e funcionais dos agentes públicos civis do Poder Executivo Federal. |
| 11- Out- 2022 | <u>PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 27, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022</u> | Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correccional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. |
| 22- Abr- 2024 | <u>PORTARIA NORMATIVA 123, DE 22 DE ABRIL DE 2024</u> | Altera a Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. |